

# Decisão sobre PDOT será da Justiça

*Governo consegue quorum para manter veto; PMDB confia que Judiciário validará a primeira votação*

MARIA EUGÊNIA

Nem Legislativo e nem Executivo. Caberá ao Poder Judiciário definir se será mantido ou não o veto do governador Cristovam Buarque ao parágrafo primeiro do artigo 19 do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), que caracteriza a Fazenda Santa Prisca, de propriedade do deputado Luiz Estevão (PMDB), como área de dinamização urbana. Ontem, mesmo sem a presença dos peemedebistas, que abandonaram a sessão, a Câmara Legislativa realizou nova votação do veto. Desta vez, o placar foi favorável ao governo. Nove deputados votaram pela manutenção do veto e sete se abstiveram.

Não houve surpresa. Os oito parlamentares da bancada do PMDB saíram do plenário, mas 16 deputados permaneceram na sala garantindo o quorum. Além dos seis votos favoráveis ao veto da bancada do PT, votaram da mesma forma os dois parlamentares do PDT, João de Deus e José Ramalho, e César Lacerda (PTB). Os quatro tucanos (Peniel Pacheco, Marco Lima, José Edmar e Marcos Arruda), Adão Xavier (sem partido), Renato Rainha (PL) e Cláudio Monteiro (PPS) se abstiveram.

Na primeira votação, feita na última segunda-feira, a oposição conseguiu os 13 votos que precisava para derrubar o veto. O resultado, entretanto, foi anulado pela presidente da Câmara Legislativa, deputada Lúcia Carvalho (PT). A presidência acatou pedido da anulação feito pela liderança do governo, que alegou que o deputado Luiz Estevão havia votado, contrariando o Regimento Interno da Casa que proíbe o voto de parlamentares que sejam

parte interessada no processo.

Dois parlamentares se abstiveram de votar. Estevão garante que um dos votos de abstenção foi dele. Mas outros dois parlamentares, Cláudio Monteiro (PPS) e Peniel Pacheco (PSDB), também garantem que se abstiveram. Como a votação ao veto foi secreta, caberá à Justiça decidir se a votação foi válida ou não. Tudo isso porque o PMDB entrou com sete mandatos de segurança para que a primeira votação seja mantida.

Cada parlamentar peemedebista entrou com um. A exceção ficou por conta de Luiz Estevão, que preferiu se manter afastado da discussão judicial. Segundo o deputado, em nenhum dos mandatos há pedido de liminar (uma decisão rápida e parcial até que seja julgado o mérito encerrado o processo). "Queremos que a Justiça analise com calma o impasse e sem pressões. Para nós não há pressa. Eu não vou fazer nada naquela área agora mesmo. Pressa para que?", justifica Estevão.

Mas a decisão da presidência é de não esperar a resposta da Justiça para publicar o resultado da votação realizada ontem e torná-la oficial. Como não há manifestação alguma do Tribunal de Justiça do DF sobre os mandatos de segurança, nada impede que o resultado seja publicado. A deputada Lúcia Carvalho vai aguardar, apenas, a votação dos demais vetos - prevista para hoje.

Na reunião de líderes realizada na noite de ontem, os partidos fecharam um acordo para derrubar os outros cinco vetos feitos pelo governador ao PDOT. O Palácio do Buriti não se manifestou sobre o resultado da nova votação e nem sobre a derrubada dos demais vetos.



Os tucanos José Edmar, Marco Lima e Marcos Arruda conversam durante a sessão que manteve o veto. Os três se abstiveram de votar

Luiz Marcos